

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2015  
RELATÓRIO**

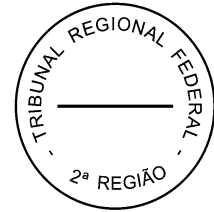
**PRIMEIRA VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA - RJ,  
competência em matérias tributária, previdenciária e servidor público.  
Juiz Federal Titular: DR. ALEXANDRE MIGUEL  
Juiz Federal Substituto: NÃO HÁ**

Partindo de levantamentos realizados no questionário de Autoinspeção, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária do Espírito Santo, realizou-se, no período de 08 a 12 de junho de 2015, a correição ordinária virtual da 1ª Vara Federal de Vitória-ES, em decorrência da qual seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Dar prioridade ao andamento dos processos números 00043289520094025001 (autuado em 2009), 00151779220104025001 e 00116105320104025001 (autuados em 2010), referentes à Meta 2 do CNJ;
2. Impulsionar os processos à execução, na forma da **Meta 5/2015;**
3. Atentar para o prazo de devolução do processo nº 001200494.2009.4.02.5001 que foi remetido para a Contadoria;
4. Providenciar a classificação do tipo de sentença (tipo A) na peça do processo nº 0007541-70.2013.4.02.5001;

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Não houve notícia de qualquer designação de representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União (ES) ou da Ordem dos Advogados do Brasil/ES, para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES (Resolução CJF nº 01/2008, artigo 7º; Resolução TRF 2ª Região nº 26/2009, artigo 1º, alterada pela Resolução TRF 2ª Região nº 16/2010)**

Os processos são julgados, observando-se as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares e ímpares, uma vez que no juízo correicionado não há juiz substituto.

. Juiz Titular: Dr. Alexandre Miguel atua na 1ª Vara Cível de Vitória desde 10 de agosto de 2010.

**→ ORGANIZAÇÃO**

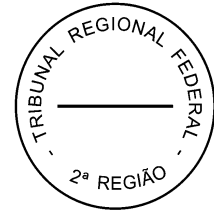
Total de servidores: 14

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 09

Estagiário: 01

OBSERVAÇÃO:



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

-Não há servidores lotados no juízo sem vínculo com o serviço público. Há uma servidora requisitada com vínculo com o serviço público (Prefeitura de Vila Velha).

-A vara federal apresenta a lotação ideal prevista pela Direção do Foro (Portaria nº ES-POR-2011/00156 de 13/01/2011), que é de 14 (quatorze) servidores.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.

**→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)**

	CORREIÇÃO 2014	CORREIÇÃO 2015
Acervo Total	1.934	1.972
Suspensos	552	462
Ag. julgamento recurso	263	385
Tramitação ajustada	1.119	1.125

**. MATÉRIA CÍVEL:**

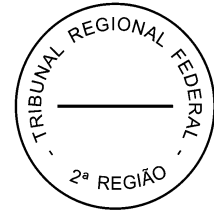
Total: 1.972

Suspensos: 462

Aguardando julgamento recurso/agravo: 385

Em tramitação: 1.125

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal , constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo. Planilha Apolo Excel – Intimados.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS (artigo 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (01/12/2014 até 31/05/2015): 3.344

Despachos: 1.785 - Tempo médio de conclusão/intimação: 05 dias

Decisões: 872 - Tempo médio de conclusão/intimação: 08 dias

Sentenças: 687 - Tempo médio de conclusão/intimação: 28 dias

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel - Intimados.

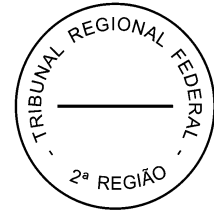
**→ METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

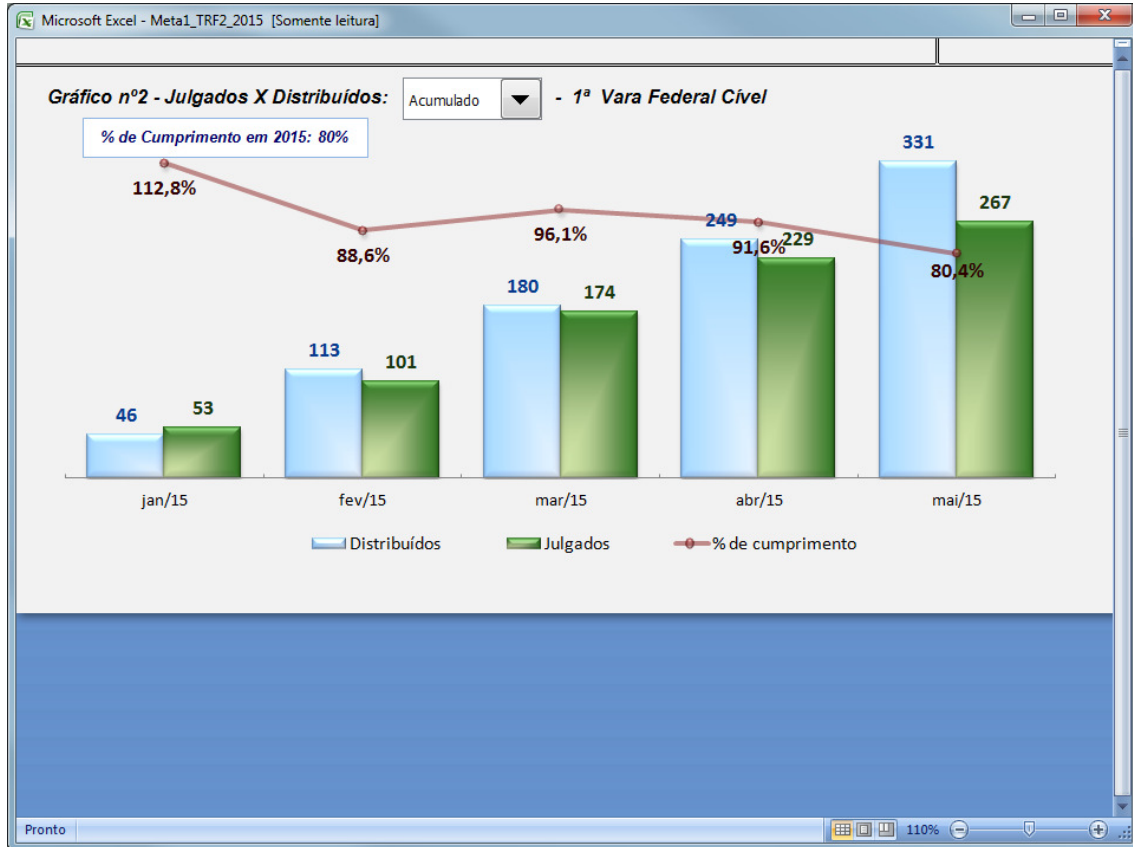
**I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Situação em junho de 2015 (acumulado): De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, referente à **Meta 1 de 2015**, extraído em 02/06/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta até o momento é de 80,4%**.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

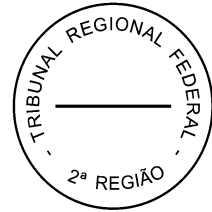


## II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

**Situação:** constam 03 processos pendentes de julgamento.

➔ **Autuado em 2009:**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**00043289520094025001** – ação ordinária tributária, distribuída em 10/06/2009, objeto da ação, incluir no simples, com decisão proferida em 28/05/2015, intimação para a União informar se a parte autora encontra-se incluída no Simples Nacional, assim como esclarecer se houve regularização de débito fiscal, após, abrir vista à parte autora para informar se ainda tem interesse no prosseguimento da ação. Último andamento em 29/05/2015, vista à Fazenda Nacional pelo prazo de 10 dias.

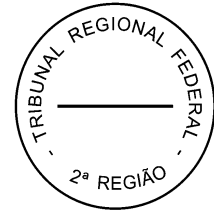
**→ Autuado em 2010:**

**00151779220104025001** – ação de embargos à execução, distribuída em 17/12/2010, com decisão proferida em 07/04/2015, publicada em 29/05/2015, determinando o retorno dos autos à Contadoria, para apresentação de cálculos de acordo com o título executivo que se encontra juntado aos autos, vindo a resposta, vista às partes pelo prazo de 10 dias.

**00116105320104025001** – ação ordinária/servidores públicos, distribuída em 28/09/2010, com despacho publicado em 11/05/2015, tornando sem efeito a nomeação do perito, devido a recusa do perito nomeado, com nomeação de novo perito e intimação para ele dizer se aceita o encargo. Último movimento em 15/05/2015, remessa para a Procuradoria Federal em virtude de intimação pessoal.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 11/05/2015.

**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

**OBSERVAÇÃO:** Não foi disponibilizado o mapa estatístico necessário para verificação do cumprimento desta Meta.

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)**

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

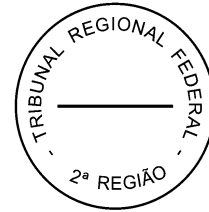
**Situação:** Não existem processos sobre improbidade administrativa distribuídos para a 1ª Vara Federal Cível de Vitória.

**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

**OBSERVAÇÃO:** Dados obtidos relativos à META 03/2014, em razão da não disponibilização dos mapas respectivos à Meta de 2015 no Portal de Estatísticas.

	Não Fiscal
Maior/2014	177
Maior/2015	261
Aumento (%)	+47,45%

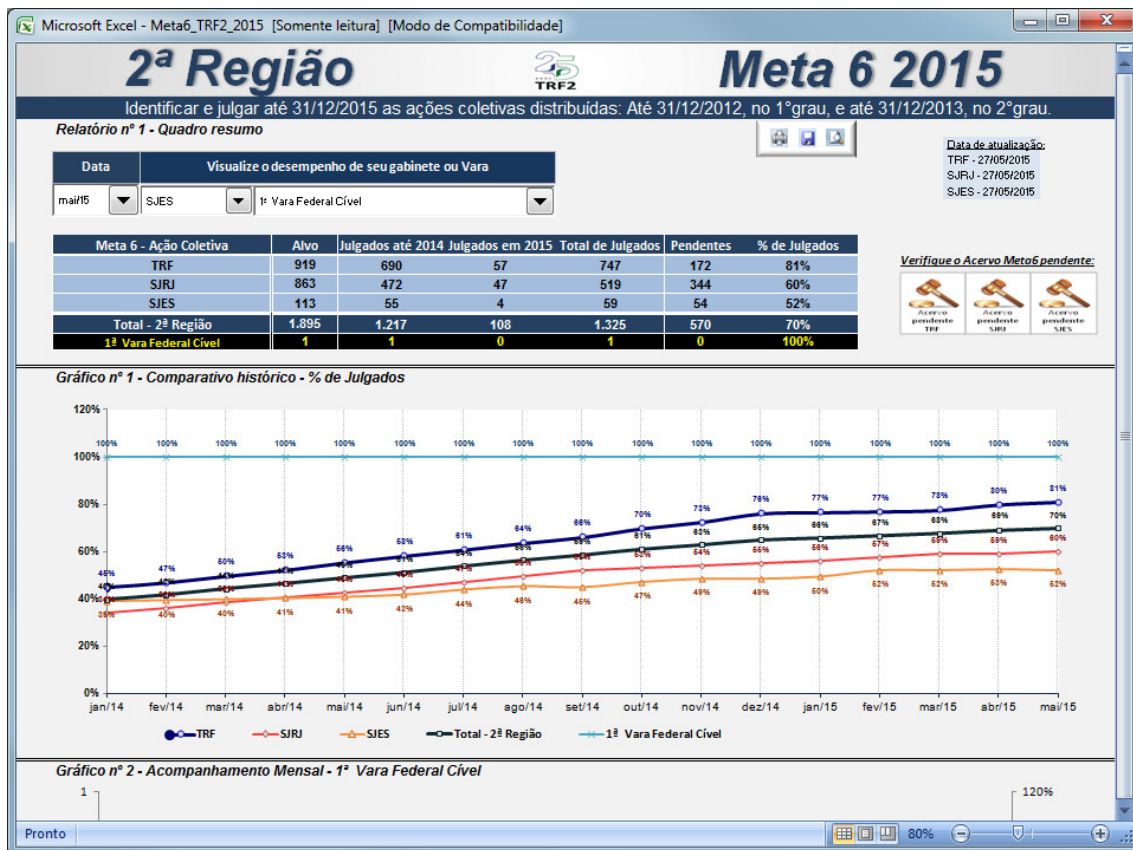


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**

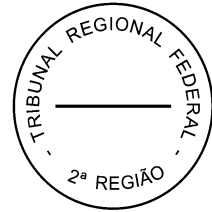
- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

**OBSERVAÇÃO:** Não existem processos pendentes referentes à Meta 6/2015, havia um único processo que foi julgado em 2014, conforme informação apresentada no gráfico abaixo:



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 11/05/2015, e Apolo, Relatórios de Processos.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:**

**Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

**Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.**

OBSERVAÇÃO: Não se aplica à Vara Cível.

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:**

**MATÉRIA CÍVEL**

**(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)**

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao período compreendido entre 01/12/2014 e 31/05/2015, emitidos em 01/06/2015, verificou-se a seguinte situação:

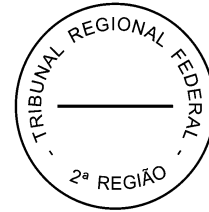
**.MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:** dois processos encontrados aguardando julgamento de recurso/agravo.

Total: 02

Ag. Julg.Recurso/Agravo: 02

Em trâmite: 00

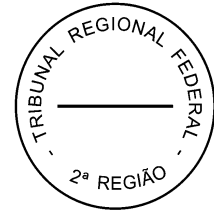
Foram analisados os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- **0008893-78.2004.4.02.5001** – ação de mandado de segurança coletivo/tributário, distribuída em 02/09/2004, despacho em 21/09/2004, notificação da autoridade impetrada para prestar informações, deferimento do pedido de liminar para suspender a exigibilidade da COFINS sobre os atos cooperativos da impetrante, despacho mantendo a decisão agravada em 18/03/2005, prolação de sentença em 01/09/2005, concedendo a segurança pleiteada para afastar a incidência da COFINS sobre os atos cooperativos da impetrante, com confirmação da liminar concedida, com expedição de ofício para conhecimento do relator do agravo de instrumento sobre a prolação da sentença, recebimento da apelação no efeito meramente devolutivo em 02/02/2006. Suspensão do processo em 28/11/2012, até o pronunciamento definitivo do STF no recurso extraordinário nº 598.085, suspensão por repercussão geral registrada no sistema em 11/12/2012, sendo esta a última movimentação.
- **0008894-63.2004.4.02.5001** - ação de mandado de segurança coletivo/tributário, distribuída em 02/09/2004, tendo como objeto a não exigibilidade do PIS/PASEP, despacho com o intuito de notificar a autoridade coatora para prestar informações, deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, concedendo a segurança, garantindo o direito de não recolhimento da contribuição para o PIS, despacho mantendo a decisão agravada proferida em 15/12/2005, sentença prolatada em 15/03/2006, concedendo a segurança pleiteada em parte, ou seja, a não incidência do PIS sobre os atos praticados entre a cooperativa e seus associados. Apelação recebida em 14/08/2006, apenas no efeito devolutivo. Suspensão do feito até o julgamento definitivo do recurso extraordinário pelo STF. Suspensão por repercussão geral registrada no sistema em 07/07/2011.

**OBSERVAÇÃO:** De acordo com os mapas de distribuição de processos (sintético e analítico), emitidos em 01/06/2015, não há ações, populares, civis públicas, de usucapião, de desapropriação, de improbidade administrativa ou de reintegração/manutenção de posse tramitando na 1ª Vara Federal de Vitória, essas ações foram redistribuídas para outras varas federais.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

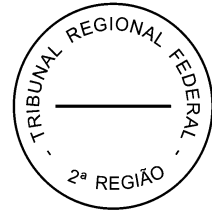
**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:  
MATÉRIA CRIMINAL (REMANESCENTE)**

Observou-se que tramitou na 1ª Vara Federal de Vitória, durante plantão, o comunicado de prisão nº 0000022-73.2015.4.02.5001, decisão concedendo a liberdade provisória e expedição de alvará de soltura em 16/02/2015. O processo foi distribuído em 24/02/2015 para a 1ª Vara Federal de São Mateus, ES, vara federal competente para o julgamento do feito. Último despacho em 03/03/2015, para ciência do MPF, nada sendo requerido, baixa e arquivamento dos autos. Último andamento em 15/04/2015, envio ao setor de distribuição de São Mateus.

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Síntético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de maio/2015, emitidos em 11/05/2015, Planilha Apolo Excel - Intimados e Sistema Apolos – módulo Secretaria – Cadastro de Processo, e Portal de Estatísticas, acervo por classe e situação do processo.

**→ AUDIÊNCIAS (DE 01/12/2014 A 31/05/2015)  
(Art. 35, I, CNCR)**

1. TOTAL: 15 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS E REALIZADAS, sendo a primeira de 10/12/2014 e a última de 27/05/2015.
2. AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE:
  - .Dezembro/2014 01
  - .Fevereiro/2015 04
  - .Março/2015 05
  - .Abril/2015 04
  - .Maio/2015 01



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ  
Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

## → PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS (VIRTUAIS)

### 1. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

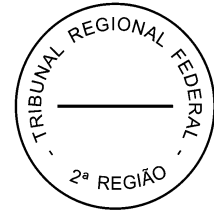
Conforme o questionário de autoinspeção existem 3 (três) escaninhos virtuais para análise das iniciais de processos eletrônicos, com os seguintes nomes: “*Mesa Camila*”; “*Mesa Adriana*” e “*Mesa Thereza*”. Não foi identificado um escaninho específico com a denominação “INICIAIS”.

- Mesa Camila: com 6 (seis) documentos, sendo o mais antigo o de nº 00112334820114025001, do dia 03/06/2015, localizado no escaninho às 18:55.

- Mesa Adriana: com 14 (quatorze) documentos, sendo o mais antigo o de nº 01067694720154025001, localizado neste escaninho no dia 08/06/2015 às 12:47;

- Mesa Thereza: com 5 (cinco) documentos, sendo o mais antigo o de nº 01085954520144025001, localizado no escaninho às 12:55 do dia 03/06/2015.

**Observação:** os escaninhos virtuais, para análise das iniciais, foram verificados no dia 08/06/2015 às 17h 03min. A vara que se encontra em período de correição tem apenas processos cíveis.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- Processos cíveis:

De acordo com o que foi informado no questionário de autoinspeção, o balcão de entrada do juízo correicionado é verificado três vezes durante o expediente com o objetivo de identificar as petições iniciais mais urgentes ou que tenham pedidos de liminar ou de antecipação de tutela. A análise das iniciais é realizada no mesmo dia do recebimento dos autos na secretaria da vara pelos funcionários do Setor 1 (processo de conhecimento e urgências).

Fonte: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

## **2. BALCÃO DE ENTRADA**

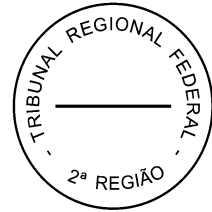
a. Documentos: 61

b. Sendo o mais antigo de 05/06/2015, recebido às 7h 41min, referente ao documento de nº 01093226720154025001. O balcão de entrada foi verificado pela corregedoria no dia 08/06/2015 às 17:09.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

## **3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)**

Verificando-se os locais virtuais existentes no juízo correicionado e as informações prestadas no questionário de autoinspeção, constata-se a existência de 3 (três) locais virtuais, destinados à verificação das prevenções. Os locais são os mesmos utilizados para a sistemática de



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

verificação das iniciais, ou seja, “*Mesa Camila*”, “*Mesa Adriana*” e “*Mesa Thereza*”.

Conforme informações extraídas do questionário de autoinspeção, é dada prioridade à análise dos processos distribuídos por dependência, buscando verificar a prevenção automática apontada pelo sistema Apolo, juntando-se as peças obrigatórias do processo prevento. As prevenções são analisadas pelo Setor 1 (processo de conhecimento e urgências), no mesmo dia do recebimento dos processos na secretaria da vara.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

#### **4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)**

Total: Não há processos conclusos com prazo vencido.

a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS:

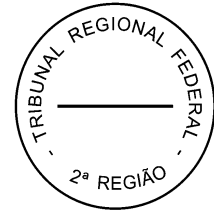
i. Matéria Cível 00

b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS:

i. Matéria Cível 00

c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS

i. Matéria Cível 00



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Com fulcro no questionário de autoinspeção de 2015, foi obtida a seguinte informação sobre os processos conclusos para despacho, decisão e sentença:

*“Todas as atividades da vara são executadas observando sempre as listas de antiguidade das conclusões, de modo a respeitar os prazos máximos de 30 dias para despacho, 60 dias para decisão e 180 dias para sentença... O acompanhamento é feito pelo relatório de processos conclusos para sentença, por data de conclusão. A conclusão dos processos para sentença ou para decisão saneadora, conforme o caso, é feita pelo gabinete semanalmente.”*

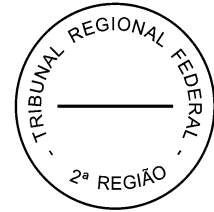
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

**5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:**  
**(Arts. 228 da CNCR)**

Total: Não foram encontrados processos sem movimentação.

- a. ENTRE 31 E 60 DIAS: nenhum processo;
- b. HÁ MAIS DE 60 DIAS: nenhum processo.

Nos termos do mapa estatístico emitido no dia 01/06/2015, de um acervo total de 1.125 processos em tramitação ajustada (que desconsidera os



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

processos suspensos e aqueles aguardando julgamento de recurso/agravo), não há nenhum processo parado com prazo vencido e nem existem processos conclusos, com conclusão vencida.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

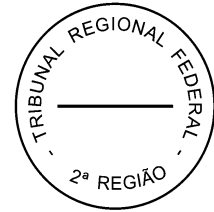
**6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)**  
**(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada em 02/06/2015, existiam 5 (cinco) documentos, sendo os dois mais antigos de maio de 2015, de n°s 2015.0001.000891-4 e 2015.0001.000885-0 referentes aos processos de números 00004678220014025001 e 00062634920044025001 respectivamente.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições.

**7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Verificou-se a existência dos seguintes locais virtuais para controle de prazo:

Aguardando prazo Mand. Segurança: 4 (quatro) processos, o mais antigo de 18/05/2015, referente ao processo nº 0117104-62.2014.4.02.5001;

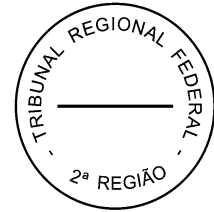
AGUARDANDO PRAZO/ANDAMENTO: 206 processos, o mais antigo de 24/03/2015, referente ao processo nº 0101488-47.2014.4.02.5001.

Aguarda trânsito em julgado: não havia processos neste local virtual às 16:29 do dia 09/06/2015.

## **8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)**

Constatou-se a existência dos seguintes locais virtuais para cumprimento de ordens:

- AGUARDANDO DEVOLUÇÃO MANDADO/OFÍCIO: 7 (sete) processos, o mais antigo de 28/05/2015, referente ao processo 0011056-50.2012.4.02.5001;
- Aguarda resposta de ofício: 38 processos, sendo o mais antigo de 20/04/2015, referente ao processo nº 0108722-80.2014.4.02.5001;
- Aguarda cadastro de RPV/PRECATÓRIO: 6 (seis) processos, sendo o mais antigo de 01/06/2015, referente ao processo nº 0001049-28.2014.4.02.5001;
- Aguardando saque de RPV/Precatório: 07 processos, o mais antigo, o de nº 0008120-52.2012.4.02.5001, entrou no local virtual em 22/05/2015;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- Alvarás expedidos (aguardando pagamento): 24 processos, o mais antigo, o de nº 0046723-25.1900.4.02.5001, foi localizado neste local virtual em 19/12/2014;
- SUSPENSOS–AGUARDANDO DEPÓSITO DE RPV/PRECATÓRIO: 81 processos, o de nº 0006069-39.2010.4.02.5001, mais antigo, foi localizado neste local em 20/05/2015.

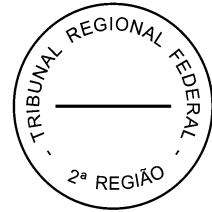
**Observação:** os locais virtuais foram verificados em 09/06/2015 no horário compreendido entre 16h 19min e 16h 50min.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.  
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

**9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:**  
**(Art. 189 da CNCR)**

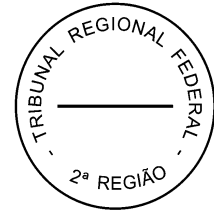
- a. Total em 02/06/2015: 143 processos.
  - i. Segredo absoluto: nenhum.
  - ii. Segredo do Sistema: nenhum.
  - iii. Segredo de Peças: 143

Matéria Cível (Eletrônicos):



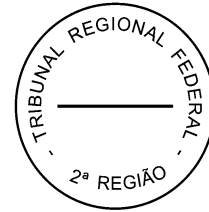
PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- 00060693920104025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 04/04/2014);
- 00102086320124025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 30/09/2013);
- 01053693220144025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 02/07/2014);
- 01046484620154025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 16/03/2015);
- 01087219520144025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como bem como foi certificado nos autos no dia 27/03/2015 o sigilo das peças de fls. 97/112, nos termos da Portaria nº 0001.000001-9/2013;
- 01091012120144025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 07/11/2014);
- 01119653220144025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 20/11/2014);
- 01120112120144025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como foi certificado nos autos no dia 19/11/2014 o sigilo das peças requeridas no sistema Apolo, nos termos da Portaria nº PRT 0001.000001-9/2013;



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- 01090856720144025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 12/11/2014);
- 00034282820104025050. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como foi certificado nos autos no dia 23/01/2015, o sigilo das peças de fls. 151/171, consoante a Portaria nº PRT 0001.000001-9/2013;
- 00081205220124025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 29/08/2012);
- 00043386620144025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 25/08/2014);
- 01170907820144025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 09/01/2015);
- 01022295320154025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a certificação de sigilo nos autos, no dia 23/02/2015, das peças de fls. 151/157 no sistema Apolo, consoante a Portaria nº PRT 0001.000001-9/2013;
- 01024922220144025001. Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 25/09/2014).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

### 10. PUBLICAÇÕES (Mapa de 11/05/2015) (Art. 181 da CNCR).

- a. Total de processos publicados (de dezembro/2014 a maio/2015): 3.090;
- b. Total de Boletins: 37;
- c. Média de processos/boletins: 83,51 processos;
- d. Tempo médio de dias/publicação: 4,35 dias;
- e. Boletins pendentes de envio: nenhum.

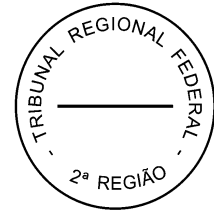
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações.

### 11. PROCESSOS COM REMESSA INTERNA/PRAZO

- a. Contadoria: 07 (entre 01/12/2014 e 31/05/2015)  
Processo remetido mais antigo e não devolvido até o dia 02/06/2015 às 14:40:

Processo	Data da remessa
0012004-94.2009.4.02.5001	31/03/2015

**OBSERVAÇÃO:** O processo relacionado acima, enviado à Seção de Contadoria, para cálculos, ainda não foi devolvido. Este processo não será devolvido pela Contadoria com prazo inferior a 30 dias a contar da remessa.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**b. Distribuição:**

Treze processos foram remetidos para a Distribuição, de acordo com o mapa extraído às 14:42 do dia 02/06/2015. Todos se encontram dentro do prazo. Não há dados a relatar. Não existem processos com pendência junto ao setor de Distribuição.

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

**→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS CÍVEIS**

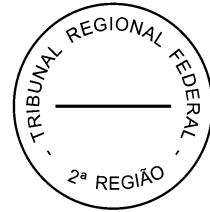
**(Artigos 267 a 269 da CNCR )**

**1. Número total de processos cíveis suspensos (em 02/06/2015): 838**

**2. Motivo Da Suspensão**

**Cíveis:**

- Aguardando decisão de instância superior: 259
- Cumprimento Precatório/RPV: 135
- Embargos à execução: 227
- Outras Suspensões - Processos de Execução: 08
- Outros - fase conhecimento: 62
- Outros - fase/processo execução: 15
- Recursos repetitivos: 06
- Repercussão geral: 105
- Suspenso - aguardando julgamento de recurso: 21



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### 3. Análise dos processos:

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo-Excel, em 02/06/2015, verificou-se que são lançadas corretamente as informações sobre o motivo da suspensão no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria - Regional, Provimento n.º 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos a seguir:

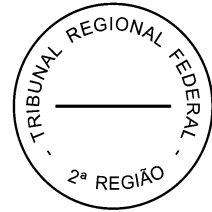
#### CÍVEL:

a) Aguarda decisão de instância superior:

- 00082690519994025001
- 00005484620064025004
- 00049736220054025001
- 00083948420104025001
- 00057679319994025001

b) Cumprimento precatório/RPV:

- 00101232420054025001
- 00048808019974025001
- 00060693920104025001
- 00032278620104025001
- 00109882819974025001
- 00161074720094025001



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

c) Recursos repetitivos:

- 00144212020094025001
- 00068087520114025001
- 00125984520084025001
- 00061084620044025001
- 00067718220104025001
- 00058483220054025001

d) Outras Suspensões - Processos de Execução:

- 00024577919994025001
- 00031843819994025001
- 00067053019954025001
- 00038360219924025001
- 00088684619964025001
- 00029907719954025001

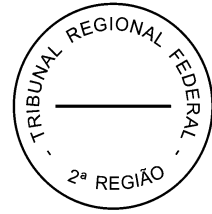
e) Outros - fase conhecimento:

- 00031397720124025001
- 00042748619964025001
- 00043926219964025001
- 00045918419964025001
- 00048212919964025001
- 00051149619964025001

f) Outros – fase de execução:

- 00178484519004025001
- 00111883519974025001





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- 00009710619924025001
- 00065863920134025001
- 00117511420064025001
- 00106647620134025001

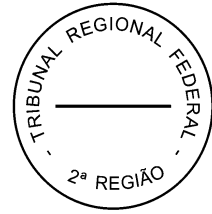
g) Repercussão Geral:

- 00105274620034025001
- 00109792720014025001
- 00028075720054025001
- 00051399420054025001
- 00038861320014025001
- 00022957420054025001

h) Aguardando julgamento de recurso:

- 00176293219004025001
- 00036073219984025001
- 00046256419934025001
- 00033923219934025001
- 00114972219984025001
- 00055841520054025001

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ SENTENÇAS - no período de 11/2014 a 04/2015 (Resolução CJF nº 535/2006 e artigos 219 a 221 da CNCR):**

Total: 687

**1. PARES: 339**

a. Convertidas em diligência: 17

b. Embargos de declaração: 31

c. Com resolução de mérito: 257

- extinção da execução: 121

- pedido improcedente: 27

- pedido procedente: 53

- pedido procedente em parte: 50

- reconhecida a prescrição/decadência: 01

- pedido procedente com tutela deferida: 02

- pedido procedente em parte com tutela deferida: 03

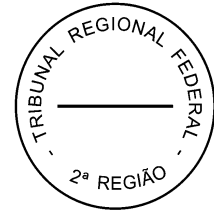
d. Sem resolução de mérito: 33

e. Vazias: 01

**2. ÍMPARES: 348**

a. Convertidas em diligência: 35

b. Determina a citação: 01



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b. Embargos de declaração: 24

c. Com resolução de mérito: 259

- conciliação/transação/homologatória de acordo: 02
- extinção da execução: 88
- pedido improcedente: 50
- pedido procedente: 60
- pedido procedente em parte: 44
- pedido procedente em parte com tutela deferida: 03
- pedido procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 01
- reconhecida a prescrição/decadência: 02
- reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 01
- pedido procedente com tutela deferida: 08

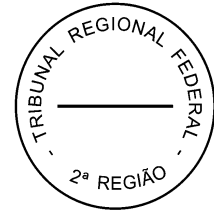
d. Sem resolução de mérito: 28

e. Vazias: 01

**OBSERVAÇÃO:** Os dados fornecidos pela planilha excel 'intimados' emitida no site da corregedoria diverge dos dados fornecidos pelo sistema de consulta Apolo 'módulo secretaria', no que diz respeito às duas intimações classificadas como 'vazias'. Apurou-se, em consulta ao sistema Apolo, que o tipo de intimação lançado foi o “convertido em diligência”.

### ➔ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇAS

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução CJF nº 535/2006 e dos artigos 219 a



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011). Foram examinados os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A:

0101733-24.2015.4.02.5001	0008330-69.2013.4.02.5001
0006944-38.2012.4.02.5001	0004492-84.2014.4.02.5001
0116600-56.2014.4.02.5001	0004977-17.1996.4.02.5001
<b>0007541-70.2013.4.02.5001</b>	0106631-17.2014.4.02.5001
0114608-60.2014.4.02.5001	0114778-32.2014.4.02.5001
0104228-75.2014.4.02.5001	0110755-43.2014.4.02.5001

2. Sentenças tipo B-2:

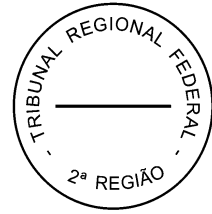
0006895-90.1995.4.02.5001	0005245-41.2014.4.02.5001
0000543-19.1995.4.02.5001	0000065-10.2015.4.02.5001
0011395-38.2014.4.02.5001	0101269-97.2015.4.02.5001
0011387-61.2014.4.02.5001	0000540-19.2013.4.02.5006
0101495-05.2015.4.02.5001	0111000-54.2014.4.02.5001
0006692-64.2014.4.02.5001	0114823-36.2014.4.02.5001

3. Sentenças tipo B-1:

0011829-61.2013.4.02.5001	0113745-07.2014.4.02.5001
---------------------------	---------------------------

4. Sentenças tipo C:

0114203-24.2014.4.02.5001	0112398-36.2014.4.02.5001
0001181-32.2007.4.02.5001	0113375-28.2014.4.02.5001
0010817-75.2014.4.02.5001	0110567-41.2014.4.02.5004
0006000-56.2000.4.02.5001	0003253-50.2011.4.02.5001
0001695-78.1990.4.02.5001	0015700-51.2003.4.02.5001
0115406-21.2014.4.02.5001	0001826-09.1997.4.02.5001



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

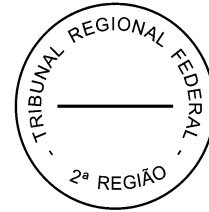
**OBSERVAÇÃO:** foi encontrado o processo de nº **0007541-70.2013.4.02.5001**, sem a classificação do tipo de sentença na peça juntada aos autos, no sistema Apolo, o tipo de sentença foi inserido corretamente.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

**→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)  
(artigo 217 da CNCR):**

Os feitos com prioridade legal e aqueles incluídos nas metas fixadas pelo CNJ, se físicos, recebem etiquetas na capa dos autos. Os processos eletrônicos são identificados com um identificador (símbolo no sistema Apolo). Os dois tipos de processo recebem prioridade na sua tramitação, principalmente quando se encontram conclusos para despacho, decisão ou sentença. (questionário de autoinspeção - item 3.15.2, à fl. 14).

O julgamento dos demais processos obedece ao critério de antiguidade (ações ordinárias sem pedido de tutela apreciado) e a prioridade para as ações de natureza coletiva (ação civil pública, popular, mandado de segurança coletivo e ações de improbidade administrativa) indicadas no inciso II do art. 218 da CNCR. (questionário de autoinspeção - item 3.14, à fl. 13).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## → LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Só há dois servidores lotados no Setor 1 – Processo de Conhecimento e Urgências, um é supervisor deste setor, eles cuidam de todos os processos que são distribuídos para vara, desde a distribuição, analisando as petições iniciais, prevenção, litispendência, até o início da fase de execução da sentença.

As conclusões para despacho, decisão e sentença, são feitas semanalmente e seguem a ordem de antiguidade dos processos, respeitando-se os prazos máximos de 30, 60 e 180 dias respectivamente. Bem como, os prazos determinados pela Corregedoria para juntada de petições, metas do CNJ e prioridades legais.

Os processos conclusos para sentença são julgados de acordo com as prioridades legais, e, segundo a natureza da ação, determinada pelo inciso II do art. 218 da CNCR (prioridade para as ações de natureza coletiva: ação civil pública, ação popular, mandado de segurança coletivo e ações de improbidade administrativa).

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

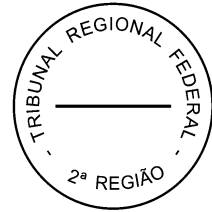
## → EXECUÇÃO (maio/2015) (art. 333 da CNCR)

### 1. FASE 18:

Informada em 377 processos, em 08/06/2015.

Não informada em 3.113 processos.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO**  
**(de 01/11/2014 a 30/04/2015):**  
**(Art. 217, II, da CNCR)**

- a. Físicos: 146
- b. Eletrônicos: 404
- c. Total de requisições: 550
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 753 dias.

**- RPV's: 474**

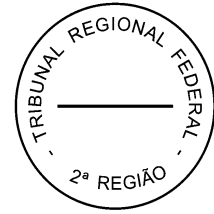
- . Cadastrado: 01
- . Conferido: 173
- . Enviados: 300

**- Precatórios (Parcela única): 76**

- . Cadastrados: 02
- . Conferidos: 17
- . Enviados: 57

**- Precatórios Parcelados: 00**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **GRANDES DÉBITOS (ARTIGOS 272 E 273 DA CNCR): Não se aplica ao juízo correicionado.**

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.1.2).

→ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD (Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)**

Conforme o questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, foram realizados bloqueios de valores por meio do sistema Bacenjud em 30 processos, no período que vai de abril de 2014 a abril de 2015.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.1.3).

→ **LEILÕES (ARTIGOS 270 A 290 DA CNCR)**

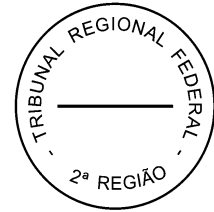
De acordo com o questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, os bens penhorados permanecem depositados com os executados e posteriormente são leiloados por meio de Leilão Unificado realizado pela Seção Judiciária de Vitória.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.1.4).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS (Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Segundo o questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, foram realizadas 23 ordens de bloqueio cadastradas no Cadastro de Bens





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Penhorados do sistema de acompanhamento processual Apolo, no período entre abril de 2014 e abril de 2015.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

**→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

**(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**

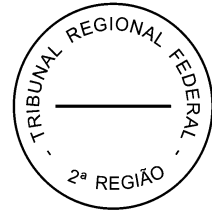
Com base no relatório de material apreendido e acautelado extraído em 01/06/2015, englobando o período que vai de 01/01/1900 até 31/05/2015, não existem dados para a impressão do relatório. Não há bens apreendidos e acautelados.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas, posição até 22/05/2015, e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**

**(ART. 147/151 CNCG)**

**Observação:** Não há dados detalhados a relatar, tendo em vista que a correição é realizada na forma eletrônica, e, essas informações não foram prestadas no questionário de autoinspeção. Segundo o relatório de inspeção anual do juízo correicionado, os livros e pastas obrigatórios foram inspecionados e encontram-se de acordo com a norma prevista na CNCG.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

## ESPAÇO FÍSICO

Nada foi relatado sobre o espaço físico e instalações do juízo correicionado no Questionário de Autoinspeção.

Quanto ao mobiliário e ao equipamento existente, a 1ª Vara Federal Cível, informa no relatório de inspeção anual da vara, o seguinte: “*Que o patrimônio da Secretaria está devidamente cadastrado e inventariado pela Seção de Patrimônio/Núcleo de Administração/Secretaria*”.

### ➔ METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

De acordo com o questionário de autoinspeção, o órgão correicionado objetiva continuar cumprindo os prazos determinados pelo art. 227 da CNCR, no tocante ao tempo previsto para conclusão dos processos, uma vez que este procedimento tem sido suficiente para o aumento da produtividade e efetiva redução do acervo de processos distribuídos para a 1ª Vara Federal.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Carlos Alberto de Araújo Rocha - matrícula nº 11.308